

PROCESSO CIVIL	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ação possessória <ul style="list-style-type: none">♦ O vendedor que se obriga perante o comprador a entregar o imóvel desocupado assume a condição de legitimado passivo na ação de imissão de posse. (152217)	Rescisão indireta do contrato de trabalho <ul style="list-style-type: none">♦ Só se reconhece a rescisão indireta quando a falta apontada como determinante da justa causa patronal se revestir de gravidade que torne insustentável a manutenção do pacto laboral. (151594)
Justiça gratuita <ul style="list-style-type: none">♦ O deferimento da gratuidade judiciária deve ser analisado minuciosamente caso a caso, e não implica em exigir o estado de penúria ou miséria absoluta do requerente. (152216)	Salário-maternidade <ul style="list-style-type: none">♦ Comprovado o exercício de trabalho rural pela menor de 16 anos durante o período de carência do salário-maternidade, é devida a concessão do benefício. (152169)
CIVIL E COMERCIAL	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
Contrato de prestação de serviços <ul style="list-style-type: none">♦ Se o contrato de prestação de serviço educacional especifica o valor da mensalidade e a data de pagamento, os juros de mora fluem a partir do vencimento das prestações. (152197)	Fiscalização profissional <ul style="list-style-type: none">♦ A empresa cuja atividade é o comércio varejista de medicamentos veterinários, ração animal e armarinho, não está obrigada ao registro junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária. (152195)
Registro civil <ul style="list-style-type: none">♦ A simples divergência entre a paternidade declarada no assento de nascimento e a paternidade biológica não autoriza, por si só, a anulação do registro. (152198)	Processo administrativo disciplinar <ul style="list-style-type: none">♦ A participação de integrante do <i>parquet</i> em Conselho da Polícia Civil torna nulo o procedimento instaurado para processar servidor público estadual por prática de ato infracional. (152207)
PENAL E PROCESSO	TRIBUTÁRIO
Justiça da infância e da juventude <ul style="list-style-type: none">♦ Compete ao Poder Judiciário o dever de fixar a medida socioeducativa e também de supervisioná-la e acompanhá-la até o seu efetivo cumprimento. (152203)	Imposto sobre serviços <ul style="list-style-type: none">♦ Não incide ISS sobre as “tarifas interbancárias”, tendo em vista que as receitas derivam de operações de crédito entre os bancos integrantes do sistema de compensação. (151943)
Prisão preventiva <ul style="list-style-type: none">♦ A determinação de segregar o réu, antes de transitada em julgado a condenação, deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela. (152167)	Obrigação acessória <ul style="list-style-type: none">♦ As obrigações acessórias decorrem da legislação tributária, não podendo o Fisco exigir outras prestações que ache necessárias se não há amparo na legislação tributária. (152180)

PROCESSO CIVIL

Ação de usucapião

♦ A regulamentação da usucapião, por toda legislação que cuida da matéria, sempre delimitou apenas a área máxima, passível de ser usucapida, não a área mínima. (152261)

Cumprimento de sentença

♦ O depósito judicial promovido como garantia do juízo a fim de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença não consubstancia pagamento voluntário. (152350)

CIVIL E COMERCIAL

Adoção

♦ Não há disposição no ordenamento jurídico pátrio que estipule a idade de 12 anos de idade para que o menor possa ser adotado por pessoa homoafetiva. (152221)

Responsabilidade civil

♦ Não é suficiente a falta da figura paterna para caracterizar o pedido de danos morais por abandono afetivo. É necessária a caracterização do abandono, da rejeição e dos danos à personalidade. (152364)

PENAL E PROCESSO

Crime contra a ordem tributária

♦ Embora admitida a quebra de sigilo bancário pela autoridade fiscal para constituição do crédito tributário, não se estende a utilização de tais dados para que seja deflagrada ação penal. (152245)

Defensor dativo

♦ A nomeação de um mesmo defensor para diferentes corréus, por si só, não leva à ocorrência de nulidade se inexistentes teses defensivas conflitantes ou acusações recíprocas entre eles. (152244)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Enquadramento sindical

♦ Todos os empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais podem associar-se livremente, desde que exerçam a mesma atividade ou profissão. (152061)

Prescrição

♦ Não há mais falar em prescrição total de pretensão sobre alteração contratual lesiva ao empregado por ato único do empregador, pois o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação. (151613)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Ensino médio

♦ O que é vedado ao menor de 18 anos, por força de texto legal, não é o ato de matricular-se e de frequentar curso supletivo, mas tão só de prestar o exame de conclusão desse mesmo curso. (152354)

Estatuto do desarmamento

♦ A Lei 10.826/2003 não dispensa o respectivo registro de arma de fogo, não fazendo exceções quanto aos agentes que possuem autorização legal para o porte ou posse de arma. (152324)

TRIBUTÁRIO

Crédito tributário

♦ Diferentemente da prescrição civil, a prescrição tributária extingue o próprio crédito tributário e não apenas a pretensão para a busca da tutela jurisdicional. (151974)

Débito fiscal

♦ A exclusão do sujeito passivo do parcelamento previsto na Lei 10.684/2003, que instituiu o Paes, não exige prévia notificação do contribuinte. (152316)